

Artigo

Por um programa de desenvolvimento social

Absolutamente necessária a guinada anunciada pelo novo governo federal: a de investir em portas de saída às situações de extrema miséria em que se encontram muitos brasileiros e brasileiras. Desde o início do Fome Zero, movimentos e pastorais sociais insistiram nesta perspectiva. Desejando que o programa anunciado seja efetivado com sucesso, seguem algumas sugestões de quem está comprometido com esta perspectiva de justiça social há muitas décadas.

Não parece adequado denominá-lo PAC, mesmo se sua implementação significará crescimento econômico. Por que não denominá-lo Programa de Aceleração do Desenvolvimento Social? Afinal, a implementação correta e com caráter universal deste Programa implica necessariamente dar prioridade ao social em relação ao econômico, de modo especial ao brasileiro, sempre focado no crescimento de uma economia altamente concentrada em poucas e cada vez mais poderosas empresas. Se a presidente Dilma deseja que uma das marcas de seu governo seja a superação real da miséria, deverá olhar com carinho para as políticas que têm a ver com a distribuição ou concentração da riqueza e da renda nacional.

Por isso, uma medida necessária será a implementação de uma Política Tributária baseada na justiça, que tenha caráter contributivo progressivo: quem ganha muito e possui muita riqueza, contribui com taxas mais altas, quem ganha razoavelmente, contribui com um pouco mais, e quem ganha pouco, usa os recursos para suas necessidades. Não se trata de algo definido como socialismo, como costumam logo acusar os privilegiados; trata-se de seguir pelo menos o exemplo dos países capitalistas que conseguiram organizar sociedades mais justas e com ambiente social mais pacífico.

Na verdade, têm razão os dirigentes da ONU quando afirmam que a miséria não é algo natural; ela é, na verdade, um processo gerado por um determinado tipo de sociedade, assentada sobre determinada economia, que cria, mantém e agrava a miséria; por isso, será preciso definir a miséria como um crime contra a humanidade, da mesma forma que se fez com a escravidão, para que, a partir daí, se possa identificar, processar e condenar os que o praticam.

Para que este Programa avance e produza os frutos desejados deverá assentar-se num amplo e profundo processo de educação popular. Mais uma vez o Brasil é um País privilegiado: já conta com a rica e comprovada eficácia do Método Paulo Freire de educação popular, que visa o resgate e promoção das pessoas e comunidades mantidas na miséria em todas as dimensões da sua vida.

Ivo Poletto – Assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, de Pastorais e Movimentos Sociais

Mais um passo importante no combate ao assédio moral

Foto: Gerardo Lazzari



Contraf-CUT assina acordo inédito com a Fenaban para criar mecanismos de prevenção e combate (pág. 3)

Convênio oferece descontos em clínicas odontológicas

Sindicato firma acordo com o Grupo Sorridents e com Clínica Luiza França (pág. 2)

BB: primeira cerimônia de posse em 2011

A entidade comemorou a chegada de 47 funcionários no Ceará (pág. 2)

SantanderPrevi: eleições antidemocráticas causam discussão

Lideranças sindicais cobram processo democrático e transparente (pág. 4)

Esporte: IV Copa dos Campeões

Edição 2011 começa no sábado, dia 5/2 (pág. 6)

5 anos da Contraf-CUT

Drawlio Joca



A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) comemorou no dia 26/1, cinco anos de história, com muitos sonhos, lutas e conquistas. A entidade foi fundada em 2006, durante uma assembleia histórica realizada em Curitiba, abrindo uma nova fase na organização nacional dos bancários (pág. 6)

Sindicato cobra da Caixa a apuração imediata da ausência remunerada de ex-gestor

O Sindicato dos Bancários do Ceará denunciou e até agora a Caixa não se pronunciou a respeito das denúncias contra o ex-superintendente da Regional Fortaleza, Allan Pires de Aguiar, que deixou o cargo de superintendente e no retorno da gestão do Governo do Estado não mais compareceu ao trabalho, mas continua recebendo remuneração como funcionário da empresa em exercício efetivo.

Vários empregados da Caixa têm entrado em contato com o Sindicato exigindo maiores esclarecimentos sobre a apuração das denúncias feita pelo SEEB/CE e até o presente momento a Caixa silenciou. A Entidade Sindical quer ser partícipe na averiguação do problema, inclusive exige com ressarcimento aos cofres públicos do dinheiro recebido indevidamente pelo ex-gestor, um empregado que não prestou devidamente o serviço à empresa.

E para isso, o Sindicato está apresentando denúncia formal junto ao Ministério Público Federal para ter a clareza e a certeza que a Caixa terá a seriedade na apuração dos fatos, ora colocados e ora pedidos esclarecimentos junto à direção da empresa.

O empregado da Caixa, ex-superintendente durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da Superintendência da Caixa no Ceará e posteriormente afastou-se para assumir a Secretaria

de Turismo, durante quatro anos no Governo Lucio Alcântara. A partir de 2007 tinha por obrigação retornar às atividades bancárias junto à Caixa Econômica Federal. O Sindicato exige e cobra esclarecimento de quem fez essa política de bater o ponto do referido empregado e de fazer trilha na Universidade Caixa.

O Sindicato precisa desses esclarecimentos, a apuração dos fatos e dos envolvidos. A Superintendência da Caixa no Ceará tem por obrigação fazer esses esclarecimentos aos empregados e à sociedade, apresentando a relação de todos os envolvidos nesse descompromisso.

DOCUMENTO EXIGE PROVIDÊNCIAS – Um documento que relata o caso e pede providência à direção da empresa foi entregue pelo presidente do Sindicato, Carlos Eduardo Bezerra à Superintendente Nacional de Responsabilidade Social, Empresarial e Relacionamento com os Empregados, Ana Telma Sobreira do Monte. O encontro do presidente do Sindicato com a executiva da Caixa contou com a presença de Jair Pedro Ferreira, coordenador da Comis-

são Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

Em seu relato, o documento do SEEB/CE enfatiza que a ausência remunerada de Allan Pires “é do conhecimento dos demais empregados nas dependências da Caixa em Fortaleza, notadamente na Superintendência onde está lotado o referido empregado, circunstância essa que tem causado inquietação e inconformismo entre aqueles que têm ciência do fato”.

“Trata-se de um caso esdrúxulo e, acima de tudo, extremamente grave para uma empresa do porte e da natureza da Caixa, uma instituição pública, onde a legalidade e a moralidade não poderiam estar assim tão desprestigiadas, para não dizer ignoradas”, diz Carlos Eduardo.



CONVÊNIOS

Clinicas odontológicas firmam parceria com o Sindicato e oferecem descontos especiais

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou parceria com o Grupo Sorridents Clínicas Odontológicas e com a Clínica Luiza França. A Sorridents oferece implantodontia, buco maxilo facial, odontopediatria, endodontia (canal), prótese, disfunção têmporo-mandibular, ortodontia (aparelho), radiologia, dentística (estética, clareamento), odontogeriatria e periodontia (gengiva). Marque uma avaliação. Há uma clínica no Centro (Rua Floriano Peixoto, 479) e outra no Montese (Rua Vasco da Gama, 790). O Grupos Sorridents oferece desconto aos bancários sindicalizados de acordo com tabela própria. Mais informações: 3401.9758 e 3877.1409.

Já a clínica Luiza França tem 27 anos de tradição e oferece aos

bancários sindicalizados descontos de 50%, de acordo com tabela própria. Na clínica, o bancário encontra os melhores e mais atualizados materiais, oferecendo técnicas avançadas aliadas a uma moderna infra-estrutura tanto para a realização de implantes como para atender em todas as especialidades odontológicas: prótese dental, ortodontia, odontopediatria, cirurgia bucomaxilofacial, endodontia, odontologia estética, odontologia restauradora, periodontia e odontologia preventiva. Há dois endereços: Avenida Alberto Magno, 390 e Avenida Dom Luís, 500, no Shopping Aldeota. Para mais informações, ligue: 3491 1302 / 3458 1656 ou acesse www.clinicaluizafranca.com.br.

JUSTIÇA

MPF quer proibir comissão de permanência em empréstimos da Caixa

O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF) ajuizou ação civil pública contra a cobrança da comissão de permanência nos empréstimos da Caixa Econômica Federal. O MPF/DF entende que a cobrança “é indevida”, uma vez que é cumulativa com outros encargos como juros, correção e multa. Por isso, alega que “a cobrança é ilegal e fere os direitos do consumidor”.

Na ação, com pedido de liminar, o Ministério Público pede a revisão de todos os contratos de empréstimos firmados pela Caixa, de 2005 até agora, de modo a provocar a devolução dos “valores pagos inde-

vidamente” pelos correntistas.

A comissão de permanência foi regulamentada pelo Banco Central em 1986, época em que não havia previsão legal de correção monetária e visava a compensar a desvalorização da moeda nos casos de inadimplência. Hoje, a realidade é outra e os tribunais federais julgam “indevida” a acumulação da comissão.

No processo que será julgado pela 7ª Vara da Justiça Federal, o MPD/DF pede que a decisão tenha efeito para todos os contratantes de empréstimos da Caixa e que seja fixada multa de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

AJUDA

Contraf apoia nova campanha de solidariedade às vítimas da chuva no Rio de Janeiro

A Contraf-CUT participou de reunião na sede do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, para traçar a estratégia de uma nova etapa da campanha de solidariedade às vítimas das enchentes e deslizamentos provocados pelas chuvas, que deixaram mais de 830 mortos (inclusive familiares de bancários) e mais de 540 pessoas desaparecidas na região serrana fluminense. As ações preveem ajuda específica aos bancários e suas famílias e a toda a população atingida, sobretudo as mais pobres.

Participaram também da reunião, além da Contraf e do Sindicato do Rio, a CUT Nacional, a CUT-RJ, a Federação dos Bancários do Rio e Espírito Santo, a Fenae e os sindicatos de bancários de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis – três dos municípios mais atingidos pela tragédia.

“Os dirigentes dos três sindi-

catos afetados fizeram um agradecimento emocionado pela ajuda que receberam das entidades sindicais e dos bancários de todo o País, ressaltando como tem sido importante para a população local a solidariedade que está chegando do Brasil inteiro, não apenas material, mas também humana, fundamental para enfrentar esse momento difícil e manter a esperança acesa”, conta Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT, que ajudou a organizar o encontro.

Enquanto os sindicatos locais concluem um levantamento mais preciso sobre as necessidades dos bancários atingidos, a Contraf-CUT está solicitando uma reunião de emergência com os seis maiores bancos que operam na região serrana atingida (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, Caixa e HSBC) para discutir novas formas de ajuda às vítimas da tragédia.

POSSE

Banco do Brasil empossa 47 novos funcionários no Ceará



O Sindicato dos Bancários do Ceará compareceu à primeira cerimônia de posse de novos funcionários do BB em 2011. A entidade comemorou a chamada de 47 novos bancários, todos lotados no Ceará.

“É uma notícia muito boa para começar o ano, pois a demanda no BB é muito grande, principalmente no Interior, e quanto mais bancários, melhores as condições de atendimento à população”, afirmou o diretor do Sindicato, Bosco Mota. Compareceram ainda à cerimônia de posse os diretores Plauto Macedo, Gustavo Tabatinga e José Eduardo. Eles falaram aos novos bancários sobre a importância da sindicalização e sobre as conquistas dos últimos anos.

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194
Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 - Fortaleza - Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra - Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP - Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiários: Anderson Lima e Cinara Sá - Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG
Impressão: Expressão Gráfica - Tiragem: 11.500 exemplares



Foto: Gerardo Lazzari

Contraf-CUT assina acordo inédito com a Fenaban

A Contraf-CUT e sindicatos de bancários de todo o País assinaram na quarta-feira, 26/1, um acordo que estabelece, pela primeira vez na história das relações de trabalho no Brasil, mecanismos de prevenção e combate ao assédio moral dentro dos bancos. Conquista da campanha nacional do ano passado, o acordo define um canal específico para apurar as denúncias de assédio moral dos bancários, que poderão ser encaminhadas pelos sindicatos aos bancos.

“É um orgulho para nós estarmos aqui para assinar esse acordo histórico, resultado de muitos anos de luta da categoria. Temos a esperança de que ele possa melhorar o ambiente de trabalho e valorizar a qualidade de vida dos bancários”, disse Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT, no ato de assinatura do documento, realizado na sede da Febraban, em São Paulo.

Carlos Cordeiro lembrou no evento que o assédio moral, resultado das metas abusivas, foi apontado por mais de 80% dos bancários como o problema mais grave nos locais de trabalho, em pesquisa nacional realizada pela Contraf-CUT no ano passado.

O acordo, que tem o nome de Protocolo para Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho, foi assinado com nove bancos: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC, Citibank, Caixa Econômica Federal, Votorantim, Safra e BIC Banco. Já o Banco do Brasil (assim como a Caixa) instalou comitês de ética no ano passado, após negociações específicas com as entidades sindicais em 2009, com igual finalidade de apuração das denúncias de assédio moral nas instituições. Com essas assinaturas, mais de 90% dos trabalhadores bancários passam a ter um canal para denunciar situações que considerem como assédio moral.

O QUE DIZ O ACORDO

– No acordo, os bancos comprometem-se a declarar explicitamente condenação a qualquer ato de assédio e reconhecem que o objetivo é alcançar a valorização de todos os empregados, promovendo o respeito à diversidade, à cooperação e ao trabalho em equipe, em um ambiente saudável.

A Fenaban deverá fazer uma avaliação semestral do programa, com a apresentação de dados estatísticos setoriais, devendo ser criados indicadores que avaliem seu desempenho. Os bancários poderão fazer denúncias nos sindicatos. O denunciante deverá se identificar para que a entidade possa dar o devido retorno ao trabalhador. O sigilo será mantido junto ao banco e o sindicato terá prazo de dez dias úteis para apresentar a denúncia ao banco. Após receber a denúncia, o banco terá 60 dias corridos para apurar o caso e prestar esclarecimentos ao sindicato. As denúncias apresentadas ao sindicato de forma anônima continuarão sendo apuradas pelas entidades, mas fora das regras desse programa.

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

– Oito em cada dez funcionários de bancos do País afirmam que o assédio moral é o maior problema que enfrentam no trabalho. É o que mostra uma pesquisa feita pela Contraf em junho do ano passado, com 1.203 empregados de bancos de todo País. Para a grande maioria, o combate aos abusos dos chefes é a ação mais importante a ser promovida por empresas e sindicatos. Os resultados desse levantamento foram levados a mesas de negociação entre bancários e bancos. As discussões sobre o assunto culminaram em um acordo que visa a reduzir casos de assédios moral em instituições financeiras.

Para o secretário-geral da Contraf, Marcel Barros, a assinatura do termo é o reconhecimento dos bancos de que os abusos são um problema recorrente do setor. Segundo Barros, os bancários reclamam com frequência da cobrança excessiva quanto ao cumprimento de metas estabelecidas pelas empresas do setor financeiro. Reclamam também de serem expostos a situações vexatórias quando não alcançam os objetivos fixados.

Mídia brasileira deu destaque ao acordo de combate ao assédio moral nos bancos

O acordo coletivo de trabalho aditivo para prevenção de conflitos no ambiente de trabalho, assinado pela Contraf-CUT, sindicatos e federações de bancários com a Fenaban e cinco bancos privados (Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC e Citibank) teve grande repercussão em rádios, jornais, TVs, sites e blogs em todo Brasil. Os dados também foram destaque nos veículos de comunicação das entidades sindicais.

O acordo estabelece, pela primeira vez na história das relações de trabalho no Brasil, mecanismos de prevenção e combate ao assédio moral dentro dos bancos. Conquista da campanha nacional do ano passado, o acordo define um canal específico para apurar as denúncias de assédio moral dos bancários, que poderão ser encaminhadas pelos sindicatos aos bancos.

“É um orgulho para nós estarmos aqui para assinar esse acordo histórico, resultado de muitos anos de luta da categoria. Temos a esperança de que ele possa melhorar o ambiente de trabalho e valorizar a qualidade de vida dos bancários”, disse Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT, no ato de assinatura do documento, realizado na sede da Febraban, em São Paulo.

TST

Vigilante ganhará pagamento em dobro por vender férias por cinco anos

Com determinação expressa da empresa para que fossem vendidos os períodos de férias, um vigilante trabalhou durante cinco anos sem descanso. Ao examinar o recurso de revista do trabalhador, a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) entendeu que ele tem direito ao pagamento em dobro das férias não usufruídas.

De 2002 a 2007, o empregado recebeu o salário do mês no qual deveria ter gozado as férias e também a remuneração relativa ao descanso anual, mas não lhe foi pago nenhuma vez o um terço a que fazia jus. A decisão da Oitava Turma se baseou no artigo 134 da CLT, no qual é definida a concessão de férias, pelo empregador, nos 12 meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

Segundo a ministra Dora Maria da Costa, relatora do recurso de revista, “se o trabalhador vendeu todos os períodos de férias por imposição da empresa, foi impedido de usufruir do descanso anual a que tinha direito”. Esse fato caracteriza violação direta ao artigo da CLT, esclarece a relatora, “pois o não gozo das férias infringe a finalidade do instituto, ou seja, a proteção à saúde física e mental do trabalhador”.

Contratado em fevereiro de

2002 pela EBV Empresa Brasileira de Vigilância Ltda. para prestar serviços ao município de Joinville, no estado de Santa Catarina, o trabalhador informou na reclamação que a EBV desistiu dos contratos feitos com o município de Joinville e que ele foi “abandonado à própria sorte, sem ter recebido sequer comunicação acerca da continuidade ou não dos serviços, tampouco as verbas rescisórias”.

O vigilante teve que pleitear na 5ª Vara do Trabalho de Joinville, além do FGTS e férias, o reconhecimento da dispensa sem justa causa e a anotação da data de cessação do contrato na carteira de trabalho. O juízo de primeira instância, então, condenou a empresa, e subsidiariamente o município, ao pagamento de várias parcelas, inclusive o terço de férias relativo aos períodos aquisitivos de 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007.

No entanto, nem a Vara do Trabalho, nem o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) atenderam ao pedido do pagamento em dobro pela venda obrigatória das férias, o que só foi obtido pelo trabalhador com o recurso ao TST. A Oitava Turma também deu provimento para deferir o pagamento da multa do artigo 467 da CLT.

ESTUDO OIT

Brasil possui taxa de desemprego menor que países ricos

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego do Brasil está, pela primeira vez na história, abaixo da dos países ricos, e nas áreas metropolitanas a taxa brasileira fica abaixo da média mundial. A OIT aponta, entretanto, que o Brasil ainda tem muito a melhorar em qualidade dos empregos, salários e proteção social.

De acordo com a OIT, em termos de emprego o Brasil está hoje melhor do que antes da crise de 2008, mas os países ricos não se recuperaram. Em 2007, a taxa de desemprego no Brasil era de 8,2%, hoje é de 5,7%. O desemprego nos países ricos em 2007 era de 5,8% e em 2010 chegou a 8,8%. Já a média mundial era de 5,6% em 2007 e hoje chega a 6,2%.

O Ministério do Trabalho divulgou recentemente que o País bateu recorde de geração de empregos com carteira assinada em 2010, chegando a 2,5 milhões de postos formais. O

que acontece com o Brasil, segundo economistas citados pelo jornal, é um fenômeno mundial. Os países emergentes estão em situação melhor que os países ricos em relação a postos de trabalho.

EMPREGO PARA JOVENS –

O emprego entre os jovens é um exemplo disso. Segundo a OIT, há mais jovens desempregados nos EUA e Europa que no Brasil, apesar de a qualidade do emprego ainda ser baixa no País.

Em 2007, um ano antes da crise mundial, apenas 12,4% dos jovens nos países ricos não tinham trabalho. Em 2010, o percentual aumentou para 18,2% e não há sinais de queda. O movimento é inverso no Brasil, onde a média de desemprego entre os jovens passou de 14%, em 2007, para 12,5% em 2010, abaixo até da média mundial, que ano passado ficou em 12,6%.

IMPOSTO DE RENDA

Programe sua prestação de contas e evite correria com a declaração

A temporada de entrega da Declaração de Ajuste Anual acontece, anualmente, entre os meses de março e abril. E é comum, durante esta época, contribuintes ficarem desesperados atrás das informações e dos documentos necessários para o preenchimento da declaração. Uma dica simples, mas dificilmente cumprida pelos contribuintes, é se preparar para a temporada de prestação de contas ao longo do ano.

DOCUMENTOS IMPORTANTES – Além dos informes de rendimentos, que são entregues pela fonte pagadora no final de fevereiro de cada ano, existem outros documentos que podem ser separados, com

antecedência, e que são de extrema importância na hora do preenchimento dos dados: comprovantes de despesas do Livro Caixa (prestadores de serviços autônomos); recibos e notas fiscais relativos a serviços médicos, dentre outros da área da saúde; comprovantes de pagamento a instituições de ensino regular, de pagamentos à previdência privada e oficial, de doações para fins de incentivos fiscais.

A Receita, a cada ano, traz novidades na Declaração de Ajuste. Até o dia 28/2, os trabalhadores devem receber o Informe de Rendimentos. O documento deve ser fornecido pelas empresas e por pessoas físicas que contratem serviços de terceiros.

FUNDO DE PENSÃO

Lideranças sindicais querem a suspensão das eleições antidemocráticas do SantanderPrevi

Foto: Arquivo



Em reunião ocorrida na quarta-feira, dia 26/1, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, os integrantes da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander reiteraram o documento enviado pelas entidades sindicais e Afubesp no dia 21, para a direção do banco espanhol, cobrando a suspensão imediata das eleições antidemocráticas do SantanderPrevi, sucessor do HolandaPrevi.

Os dirigentes sindicais também reforçaram o pedido de agendamento de uma negociação com o banco, a fim de discutir a realização de um processo democrático e transparente para eleger os representantes dos participantes nos conselhos deliberativo e fiscal do fundo de pensão, a exemplo do Banesprev e Bandeprev, também patrocinados pelo Santander.

“O SantanderPrevi atropelou a democracia, pois não divulgou edital de convocação, impedindo inscrições de participantes. Os funcionários só ficaram sabendo na semana passada do processo eleitoral, através de mensagem interna, informando que a votação vai até o dia 4/2 pelo site do fundo de pensão entre seis candidatos inscritos pela patrocinadora”, explicou o secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr.

As eleições no SantanderPrevi foram discutidas em várias reuniões do Comitê de Relações Trabalhistas. Numa delas, em 18/5/2010, o banco registrou em ata que “não há previsão

de qualquer processo eleitoral para o ano de 2010 e que o movimento sindical será previamente avisado dos próximos processos eleitorais”. No entanto, nenhum documento foi enviado pelo banco para as entidades sindicais sobre o processo em andamento.

“Estamos diante de uma farsa eleitoral montada vergonhosamente no SantanderPrevi”, avaliou o diretor da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Paulo Garcez. Ele lembrou que bancos públicos e privados, como o Itaú Unibanco, realizam processos democráticos e transparentes para escolher os representantes dos participantes na gestão dos fundos de pensão.

“O banco repetiu o processo

antidemocrático e desrespeitoso com os trabalhadores que aconteceu em 2009, quando foi alterado de forma unilateral o estatuto do HolandaPrevi, o que prejudicou milhares de participantes”, salientou a diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rita Berlofa.

“Vamos realizar uma jornada de lutas em todo País, a fim de pressionar o Santander para que respeite o Brasil e os brasileiros”, destacou o coordenador da COE do Santander, Marcelo Sá. A Contraf-CUT vai encaminhar orientações aos sindicatos e às federações de bancários. O ataque à democracia no SantanderPrevi ocorre às vésperas da posse do novo presidente do banco no Brasil, o espanhol Marciel Portela.

NEGOCIAÇÕES

Centrais e governo não chegam a acordo sobre mínimo e tabela do IR

Centrais sindicais e governo federal não chegaram a um acordo sobre a correção da tabela do Imposto de Renda e sobre o aumento do salário mínimo para R\$ 580,00. O resultado da primeira reunião entre os representantes dos trabalhadores e do governo Dilma Rousseff, que ocorreu no dia 26/1, é a falta de avanços. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, manteve a postura da equipe econômica, que defende o mínimo a R\$ 545,00 para assegurar o menor impacto possível sobre os gastos públicos.

O governo alega, ainda, que não pode descumprir a regra fechada com as centrais, que prevê que a correção do valor se dá pelo crescimento da economia de dois anos antes mais a inflação do ano anterior. No caso, como 2009 registrou recuo do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento deste ano garantiria apenas a reposição dos reajustes de preços.

As centrais, por sua vez, entendem que 2009 foi um ano excepcional devido à crise financeira internacional e que os trabalhadores não podem pagar o preço deste problema. Os representantes dos sindicatos entendem que o governo deve conceder a eles o mesmo tratamento extraordinário dispensado aos segmentos empresariais, que tiveram incentivos tributários para

amenizar os efeitos da desaceleração da economia.

“O governo quer manter a política de valorização do salário mínimo. E isso nós também queremos. O que não tem acordo é que queremos uma excepcionalidade em relação a 2011”, disse Artur Henrique, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com isso, as centrais esperam que a presidente Dilma Rousseff dê respostas às reivindicações no próximo encontro, marcado para a próxima quarta-feira, dia 2/2.

Sobre o Imposto de Renda, por outro lado, o governo sinaliza a possibilidade de assegurar a correção da tabela em 4,5%. As centrais argumentam que, sem essa atualização dos valores, muitas pessoas que receberam reajuste nas negociações salariais do ano passado vão acabar perdendo boa parte do ganho porque podem mudar de faixa de tributação.

Também estiveram presentes o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e o secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa. Na negociação, foi reafirmada a política de recuperação salarial e a defesa pela sua aprovação no Congresso. Quintino Severo, secretário-geral da CUT, foi um dos representantes das centrais do debate. “Queremos continuar batendo na tecla dos R\$ 580,00 e esperamos que no próximo encontro já possamos ter respostas”, disse.

SEM AVANÇOS

Para Severo, o ministro Gilberto Carvalho agiu durante a reunião como um porta-voz. “Ele e os representantes do governo repassaram o que já havia sido conversado com a presidente”. Em nenhum momento, segundo Severo, foi tocado no assunto da possibilidade do salário mínimo de R\$ 550,00, que seria o valor máximo orientado pela presidente Dilma para a negociação. A recomendação foi de que Gilberto Carvalho não avançasse para valores maiores do que o discutido anteriormente.

Já o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, saiu da reunião com uma avaliação mais otimista. “Acho que foi positivo, pela abertura da negociação. E a gente sentiu uma certa pressão do governo (para fechar acordo)”, disse Paulinho, vendo ainda uma sinalização positiva no fato de a medida provisória do mínimo ainda não ter sido editada.

“Dá para mexer (no valor)”, com certeza”, afirmou. Segundo ele, o governo inicialmente queria discutir primeiro o reajuste do salário mínimo para depois falar em Imposto de Renda, mas concordou em fazer a discussão de forma conjunta.

MENOR DA SÉRIE

Taxa de desemprego cai para 5,3% em dezembro, diz IBGE

A taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do País ficou em 5,3% em dezembro de 2010, ante 5,7% em novembro do ano passado, segundo informou no dia 27/1, a instituição, em sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Em dezembro de 2009, a taxa de desemprego foi de 6,8%. O resultado do último mês de 2010 é o menor da série histórica. O resultado de dezembro ficou dentro do intervalo das estimativas dos analistas, que projetavam taxa entre 4,80% a 5,60%. A mediana das previsões estava em 5,00%.

O rendimento médio real (descontada a inflação) dos trabalhadores registrou variação positiva de 0,7% em dezembro de 2010 ante novembro do ano passado. Houve alta de 5,9% na comparação com dezembro de 2009.

TAXA MÉDIA ANUAL – A taxa de desemprego média anual de 2010 ficou em 6,7%, ante uma taxa de 8,1% no ano de 2009, informou o IBGE. A taxa é a menor da nova série da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), iniciada em 2002 e cujos dados anuais começaram a ser apresentados em 2003.

Ainda segundo o instituto, o rendimento médio real dos trabalhadores em 2010 foi de R\$ 1.490,61, com aumento de 3,8% ante 2009. Somente em dezembro de 2010, o rendimento médio real da população ocupada foi de R\$ 1.515,10.

MASSA SALARIAL – Amassa de renda média real habitual dos ocupados somou R\$ 34,5 bilhões em dezembro, com queda de 0,5%

ante novembro, mas aumento de 9,4% em relação a dezembro de 2009.

Já a massa de renda média real efetiva dos ocupados chegou a R\$ 35,9 bilhões em novembro do ano passado, com alta de 3,7% ante outubro e aumento de 7,1% na comparação com novembro de 2009. O rendimento médio real efetivo sempre se refere ao mês anterior ao da pesquisa mensal de emprego.

REGIÕES METROPOLITANAS

– A população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas do País foi de 22,5 milhões de pessoas em dezembro do ano passado e não variou ante novembro de 2010; mas subiu 2,9% contra dezembro de 2009. A informação foi divulgada na quinta-feira, 20/1, pelo IBGE, que divulgou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do mês passado. Na média de 2010, a população ocupada somou 22 milhões, 3,5% acima da média de 2009.

Já a população desocupada, ou seja, sem emprego, foi de 1,3 milhão de pessoas em dezembro de 2010, o que representa uma queda de 0,8% na comparação com novembro do ano passado e recuo de 21,4% contra dezembro de 2009. A média de desempregados em 2010 foi de 1,6 milhão de pessoas, 15% a menos da média de contingente de desocupados registrado em 2009.

Ainda segundo o instituto, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi de 10,5 milhões de pessoas em dezembro do ano passado, o que representa uma estabilidade ante novembro de 2010 e uma elevação de 8,1% ante dezembro de 2009.

CENTRAIS

Elaborado Projeto de lei que visa combater práticas antissindicais

Reunidos na quinta-feira, dia 27/1, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, os representantes da CUT, CTB e Nova Central debateram e ajustaram a proposta de anteprojeto de lei que versa sobre o combate as práticas antissindicais. O documento é resultado de um Seminário Nacional realizado em dezembro do ano passado. A partir do acúmulo das centrais sindicais (CUT, CGTB, CTB, Força Sindical, NCST e UGT) foi construída uma proposta visando a liberdade e a garantia do pleno exercício da atividade sindical e que coíba as práticas antissindicais praticadas pelas empresas, pelos sindicatos da categoria econômica e pelo poder público.

Com a proposta nas mãos, as centrais estão realizando reuniões a fim de ajustar e aprimorar o projeto que caracteriza, por exemplo, as práticas antissindicais tanto setor público como no privado. De acordo com o secretário de Relações do Trabalho da CUT-SP, Rogério Giannini, presente a reunião de hoje, o projeto será um instrumento essencial no fortalecimento do estado democrático e de direito.

“No setor público infelizmente ainda não está regulamentada a negociação coletiva. Já no setor privado, os dirigentes sindicais ainda sofrem com práticas antigas

como perseguições, demissões e até assassinatos. Hoje, uma prática mais atual que vem se difundido é o uso do interdito proibitório”, pontua Giannini.

O interdito é um instrumento da Justiça Cível, que trata do direito e de proteção à propriedade privada. Através dele, o empresariado tem obtido liminares que proíbem os sindicatos e seus associados de permanecer próximos ao local de trabalho e também de realizarem passeatas em determinadas avenidas ou rodovias. Em 2009, a CUT e as outras centrais protocolaram na OIT uma denúncia contra três práticas antissindicais, entre elas o uso do interdito proibitório.

“A liberdade sindical e de organização está sendo ameaçada e inviabilizada por um mecanismo que não está instuído na legislação e nada tem a ver com as relações trabalhistas. Neste sentido, a importância do Projeto como forma de combater este e outros mecanismos danosos que tem um único objetivo: garantir os interesses mesquinhos do empresariado”, destaca Rogério.

A ideia das centrais é levar o documento para discussão no Conselho de Relações do Trabalho e pautar este tema nas Conferências do Trabalho Decente.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 14 de fevereiro.

Banqueiros querem maquiar função bancária dos correspondentes

Mais uma vez, a Febraban tenta determinar as normas de funcionamento do sistema financeiro, deturpando totalmente a função do correspondente bancário. O jornal Valor Econômico publicou uma longa reportagem sobre uma proposta encaminhada ao Banco Central pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Conforme a notícia, “os bancos querem evitar que estabelecimentos comerciais que recebem contas, pagam benefícios e ofertam crédito, os chamados correspondentes bancários, sejam enquadrados como instituições financeiras. Por extensão, querem também evitar que os funcionários desses estabelecimentos tenham os mesmos direitos que os bancários, o que elevaria às alturas os custos de um canal desnecessário justamente para ser barato”.

MAQUIAGEM DA FUNÇÃO BANCÁRIA—“Nós não tivemos acesso à proposta da Febraban, mas está claro que se trata de uma tentativa de maquiar a função bancária dos correspondentes, diante de várias decisões judiciais que reconhecem a natureza dos serviços bancários ali prestados e o enquadramento dos trabalhadores como bancários”, afirma o secretário-geral da Contraf-CUT, Marcel Barros.

“Os bancos, com seus lucros gigantescos, deveriam propor um modelo de atendimento e inclusão financeira que garanta abertura de agências e postos, contratação de funcionários, qualidade, segurança e sigilo. Os atuais correspondentes precarizam o atendimento, não oferecem segurança e colocam em risco as informações dos clientes, além de não respeitarem os direitos dos bancários”, destaca o dirigente sindical.

Os correspondentes foram concebidos pelo BC para as áreas remotas do País, onde não existem bancos. Entretanto, os banqueiros transformaram os correspondentes em sumidouro de clientes indesejados por eles. Os brasileiros que passam a ter condições de ter conta em banco desejam um atendimento com orientação para o crédito, segurança nas informações e sigilo em seus dados. Isso só é possível com a abertura de agências e postos bancários.



PROPOSTAS DA FEBRABAN X PROPOSTAS DO BC—A reportagem também apresenta dados sobre propostas do BC para mudança das regras vigentes. O Valor informa que “o BC pretende coibir a atuação dos chamados ‘pastinhas’, os agentes independentes que ofertam crédito consignado, e assegurar que a venda de serviços financeiros fora do canal bancário seja feita por pessoas treinadas. Esses pontos estão na proposta do novo marco legal do correspondente bancário feita pelo BC, que substituirá as regras de 2003. As associações de bancos, das financeiras e das promotoras de vendas concluíram as suas sugestões à proposta em revisão e a previsão é de que o Conselho Monetário Nacional (CMN) vote no fim do mês a atualização da norma atual”.

O Valor salienta ainda que “no documento da Febraban estão mudanças consideradas fundamentais para que a malha alternativa de atendimento bancário, formada por cerca de 150 mil estabelecimentos comerciais, entre supermercados, lotéricas e agências do Correios, faça mais do que receber contas e pagar benefícios e avance na oferta de crédito e outros produtos financeiros”.

“O que se percebe no texto é que há grande preocupação em incluir conceitos que previnam que o canal

correspondente seja confundido com uma instituição financeira e, mais, que os empregados desses estabelecimentos possam pleitear na Justiça equiparações de remuneração e benefícios específicos a um bancário. Esses são pontos que têm sido sensíveis tanto para os bancos quanto para os comerciantes e prestadores que atuam como correspondentes”, destaca o jornal.

Ainda conforme o Valor, “o principal problema enfrentado tem sido justamente o risco trabalhista, com ex-empregados pedindo na Justiça indenizações que façam jus às funções desempenhadas por um funcionário de banco. Em certos casos, os bancos são acionados conjuntamente e algumas decisões de primeira instância têm sido favoráveis ao trabalhador”.

“Entre os banqueiros, a avaliação é de que, enquanto a rede de correspondentes só recebe contas e paga benefícios, há argumentos mais concretos para a defesa. Só que, quando se evolui para o tema crédito na rede correspondente, a percepção é de que há, ainda, muita insegurança jurídica. Há dúvidas se a nova regulamentação será suficiente para equacionar as pendências trabalhistas, porque os tribunais enxergam o correspondente como terceirização”, constata a reportagem.

Quem trabalha em banco e estabelecimento de crédito não é correspondente bancário, é bancário

“O BC, em suas publicações sobre o tema, como o relatório de inclusão financeira, reconhece a importância do correspondente bancário, que tem desempenhado o papel de levar acesso bancário às classes menos favorecidas da população e a localidades em que, muitas vezes, os bancos não veem viabilidade econômica para instalar uma agência. A atividade também convém à fiscalização porque, se na ponta final das transações está um banco, há poder de correção, além do pleno controle dos agregados monetários”, observa o jornal.

No último documento publicado sobre o assunto, o BC enfatiza que “os correspondentes no País, embora analisados com os demais canais de acesso, são empresas prestadoras de serviços a instituições financeiras, sob contrato, conforme regulamentação vigente. A amplitude de serviços oferecidos não é comparável àquela típica dos demais canais, dado que não possuem autonomia decisória para a abertura de contas e concessão de crédito, por exemplo”.

Ainda conforme o Valor, na nova norma, até a expressão “bancário” e “não-bancário”, ligada ao termo correspondente, deixaria de existir. Isso para que a malha alternativa de atendimento não seja confundida com uma instituição financeira e seja obrigada, por

exemplo, a adotar medidas de segurança similares à de uma agência convencional, com portas giratórias, câmeras e vigilância, como alguns projetos de lei municipal e mesmo ações civis públicas têm requerido.

DIREITOS DOS BANCÁRIOS—Para Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT, a proposta da Febraban sobre correspondentes quer passar por cima das atuais leis, abrindo uma brecha para que as instituições bancárias possam precarizar os direitos trabalhistas. “Eles (Febraban) continuam espertinhos demais para o nosso gosto. Eles querem agora legislar em causa própria para garantir que bancários tenham direito algum, porque eles começam a perder na Justiça”, critica.

Questionado sobre um cenário onde a Febraban tenha suas propostas contempladas, Barros garantiu que a Contraf-CUT irá mostrar ao Banco Central seu posicionamento. “Primeiro que, quem trabalha dentro de banco e estabelecimento de crédito não é correspondente bancário, e sim, bancário. É mais uma manobra para empurrar as filhas que eles não querem das agências bancárias, se desviando do peso dos direitos dos trabalhadores fora das agências”, pontuou.

ACIDENTE

Colisão com trem mata bancário

O Sindicato dos Bancários do Ceará lamenta a morte precoce do bancário do Bradesco, José Didier Machado Filho, 45 anos, gerente geral da agência Bezerra de Menezes. Ele faleceu na última terça-feira, dia 25/1, vítima de acidente de trânsito.

A colisão de um trem de passageiros com uma Hilux aonde vinha o bancário aconteceu na passagem de nível da Avenida Filomeno Gomes, bairro Jacarecanga, e provocou ainda ferimentos em outros dois passageiros da caminhonete. Testemunhas informaram que a Hilux avançou a cancela. O trem, mesmo estando em baixa velocidade, ainda arrastou a caminhonete por cerca de 200 metros. O impacto da colisão concentrou-se no lado direito, exatamente onde estava o bancário Didier Machado. Ele ainda chegou a ser socorrido, mas não resistiu.

O Sindicato se solidariza com



a família do bancário e presta aqui nossa última homenagem a Didier, que participava frequentemente das atividades do Sindicato, sendo habitual praticante dos eventos esportivos promovidos pela entidade. Desejamos nossas sinceras condolências à família de Didier.

BANCO DO BRASIL

Ministério da Fazenda aprova regulamento para usar superávit da Previ com ajuste

O Ministério da Fazenda aprovou, no último dia 19/1, o regulamento do Plano 1 da Previ que contempla a utilização do superávit e o benefício especial temporário. Mas solicitou ajuste em um dos artigos do regulamento. A legislação exige que o Banco do Brasil, por ser empresa pública, submeta à aprovação do Ministério do Planejamento/DEST e do Ministério da Fazenda qualquer mudança nos planos de benefícios previdenciários que patrocina.

O ajuste solicitado não altera o mérito do memorando de entendimentos firmado entre o Banco do Brasil e as entidades sindicais e representativas, referendado pelos associados e aprovado pela Previ. Mas a nova redação precisa ser

novamente aprovada por todos os órgãos competentes.

A alteração indicada ao Banco do Brasil pelo Ministério da Fazenda já foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo da Previ em reuniões extraordinárias realizadas no dia 21/1. Essa decisão foi encaminhada imediatamente para aprovação do Banco do Brasil, que buscará o referendo do DEST e do Ministério da Fazenda.

Em seguida, o processo irá à apreciação da PREVIC, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Somente depois da aprovação desse órgão, o regulamento poderá ser implantado e os benefícios especiais temporários, pagos.

RELEMBRE AS DATAS DAS APROVAÇÕES:

15/12/2010	Referendo pelos associados
16/12/2010	Aprovação pela Diretoria da PREVI
17/12/2010	Aprovação pelo Conselho Deliberativo da PREVI
20/12/2010	Aprovação pelo Banco do Brasil
27/12/2010	Aprovação pelo DEST
19/01/2011	Parecer do Ministério da Fazenda

INFLAÇÃO

Juros ao consumidor sobem, crédito cai e ameaça o emprego e os salários

A advertência que a Contraf-CUT já fazia em dezembro último, sobre os riscos que os trabalhadores estavam correndo em razão das medidas de contenção do crédito e do aumento da taxa básica de juros (Selic), está infelizmente se confirmando. Como mostram os jornais da quinta-feira 27, citando dados do Banco Central, as taxas de juros ao consumidor subiram 4,5% ao ano para as pessoas físicas nos primeiros 12 dias de janeiro, provocando uma redução média de 8% nas concessões de crédito.

Para a Contraf-CUT, o aumento da Selic é ruim por vários motivos. “Em primeiro lugar, porque o crédito é um componente importante para o desenvolvimento econômico, que pressupõe crédito barato para gerar emprego e renda. O aumento da

taxa Selic, portanto, diminui a busca por crédito e, consequentemente, os investimentos, o que coloca os salários e o emprego em risco”, critica Carlos Cordeiro, presidente da Confederação.

Em segundo lugar, a taxa Selic é um componente importante do lucro dos bancos e dos investidores. “A Selic representa um terço do lucro dos bancos. Ou seja, os recursos da União captados da população, em vez de serem investidos em moradia, educação, estradas e na geração de empregos, vai remunerar ainda mais o lucro dos bancos”, acrescenta Carlos Cordeiro. “Por isso, a taxa Selic e o spread bancário, que as autoridades monetárias deveriam combater, são o grande programa de transferência de renda aos banqueiros e grandes rentistas”.

ANIVERSÁRIO

Contraf-CUT comemora 5 anos de sonhos, lutas e conquistas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) comemorou no dia 26/1, cinco anos de história, com muitos sonhos, lutas e conquistas. A entidade foi fundada em 2006, durante uma assembleia histórica realizada em Curitiba, abrindo uma nova fase na organização nacional dos bancários.

O primeiro presidente foi Luiz Cláudio Marcolino, que presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo e hoje é deputado estadual eleito em São Paulo. Dois meses após a fundação, a Confederação garantiu o registro sindical e já aglutina sete federações e 110 sindicatos, representando cerca de um milhão de trabalhadores do ramo financeiro, dos quais cerca de 400 mil bancários. O 1º Congresso da Contraf-CUT foi realizado no dia 25 de abril de 2006, em Nazaré Paulista. Vagner Freitas, atual secretário de finanças da CUT, foi eleito presidente, com mandato de três anos. A atual direção foi eleita no 2º Congresso da Contraf-CUT, ocorrido nos dias 14 e 15 de abril de 2009, em São Paulo. Carlos Cordeiro foi eleito presidente para a gestão 2009-2012.

UMA HISTÓRIA QUE VEM DE LONGE – A história da Contraf-CUT começou muito antes da sua fundação. Suas origens se encontram na organização do Departamento Nacional de Bancários (DNB-CUT), em 1985, quando aconteceu uma história greve nacional da categoria. O 1º Congresso do DNB-CUT ocorreu em 3, 4 e 5 de junho de 1989, tendo sido eleita a primeira diretoria encabeçada por Ricardo Berzoini, atual deputado federal do PT de São Paulo. O 2º Congresso foi realizado de 24 a 26 de agosto de 1990, onde foi aberto o debate de transformar o DNB em Federação Nacional ou Confederação.

O 3º Congresso do DNB-CUT aconteceu de 27 a 29 de março de 1992, onde foi aprovada a transformação do DNB em Confederação Nacional dos Bancários (CNB-



CUT). Berzoini é eleito o primeiro presidente. Naquele ano, a entidade recém-criada assinou, junto com 120 sindicatos e sete federações, a primeira convenção coletiva nacional de trabalho.

Melhores salários, emprego, saúde do trabalhador, segurança contra assaltos, igualdade de oportunidades, previdência complementar, combate às terceirizações, regulamentação do sistema financeiro e defesa dos bancos públicos foram algumas das lutas que marcaram a trajetória vitoriosa da organização nacional dos bancários.

AMPLIANDO CONQUISTAS – Ao longo desses cinco anos, a Contraf-CUT fortaleceu a unidade dos trabalhadores do ramo financeiro e esteve à frente de todas as campanhas salariais, coordenando o Comando Nacional dos Bancários. Com a força da mobilização e das greves, os bancários concretizaram sonhos e ampliaram conquistas. Em 2010, os trabalhadores arrancaram aumento real pelo sétimo ano consecutivo, elevação dos pisos e melhoria na participação dos lucros, além de importantes avanços sociais.

ANIVERSÁRIO – O quinto aniversário da Contraf-CUT é marcado pela concretização da principal conquista social da última campanha. A entidade e 51 sindicatos de todo o País assinaram com a Fenaban e vários bancos a adesão ao protocolo

do Programa de Prevenção aos Conflitos no Ambiente de Trabalho. Trata-se de um acordo de combate ao assédio moral, um dos principais problemas enfrentados diariamente pelos trabalhadores nos locais de trabalho. A adesão, que é voluntária tanto para os sindicatos como para os bancos, será firmada com Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC, Citibank, Caixa Econômica Federal, Safra, Bicbank e Votorantim. “Os desafios ainda são imensos, mas a Contraf-CUT possui compromisso com os interesses dos trabalhadores do ramo financeiro, disposição de luta para avançar sempre, coragem para enfrentar obstáculos e determinação para construir a unidade nacional e ampliar direitos e conquistas para os bancários e a classe trabalhadora”, destaca Carlos Cordeiro.

A Contraf-CUT é também referência internacional para os trabalhadores de todo mundo. É filiada à UNI Global Union, o sindicato mundial que representa cerca de dois milhões de trabalhadores da área de serviços. Carlos Cordeiro é o atual presidente da UNI Américas Finanças, que organiza os bancários do continente americano. “A história da Contraf-CUT é, pois, repleta de sonhos, lutas, conquistas e compromissos, na visão de construir uma vida digna e uma sociedade justa, democrática e igualitária, com as pessoas em primeiro lugar”, conclui Carlos Cordeiro.

RIO DE JANEIRO

CUT lança campanha nacional em solidariedade às vítimas das chuvas

A Central Única dos Trabalhadores lançou na semana passada a campanha “SOS Enchente” para arrecadar doações que serão destinadas às vítimas das fortes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro. De acordo com o mais recente levantamento das prefeituras das cidades cariocas de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Areal, mais de 20 mil pessoas estão desabrigadas. Ainda segundo a secretaria estadual de Saúde e Defesa Civil já são mais de 700 mortos.

A primeira contribuição partiu da própria Central, que depositou o valor de R\$ 30 mil em uma conta aberta no Banco do Brasil.

COMO CONTRIBUIR – Você pode depositar qualquer valor no Banco do Brasil, Agência 3344-8, Conta Corrente 100.100-0. Além das doações em dinheiro, o presidente da CUT, Artur Henrique, convoca toda a base cutista para que entre em contato com as direções estaduais, a fim de contribuir com a entrega de mantimentos.

“Conclamamos todos os nossos

sindicatos para realizar a doação de alimentos não perecíveis, água, roupas e agasalhos, produtos de limpeza e higiene pessoal. Nesse momento tão difícil, o movimento sindical deve demonstrar mais uma vez a capacidade de se solidarizar com nossos companheiros, como já fizemos recentemente em Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina e no Haiti”, lembra.

Veja outras contas abertas para acolher doações:

SOS Petrópolis
Banco do Brasil (001)
Agência 0080-9
Conta: 76000-5

SOS Nova Friburgo
Banco Itaú (341)
Agência 222
Conta: 50556-2

Banco do Brasil (001)
Agência 0335-2
Conta: 120000-3

SOS Teresópolis
Banco do Brasil (001)
Agência 0741-2
Conta: 110000-9

IV COPA DOS CAMPÕES

A bola vai rolar!

A IV Copa dos Campeões de Futebol Soçaites dos Bancários, versão 2011, terá início no próximo sábado, dia 5/2, no Clube da Caixa, em Messejana, onde na ocasião serão realizados os dois primeiros jogos:

8h40 – Bradesco x Real Santander
10h – BNB x AABB

A IV edição da Copa dos Campeões de Futebol Soçaites será disputada por seis equipes que, conforme regulamento aprovado em reunião do Conselho de Representantes que irão participar da competição, será disputada no formato de dois triangulares na primeira fase, cujas composições são:

Grupo A: Real/Santander; Bradesco e Apcef
Grupo B: BNB; Safra e AABB.

Passarão para as semifinais do campeonato as duas melhores equipes de cada triangular.

Para o secretário de Esporte e Lazer do Sindicato dos Bancários, Ribamar Pacheco, “a expectativa é que teremos grandes jogos, pois estarão em campo equipes que já foram campeãs desta modalidade, o que já atesta o alto nível técnico que teremos nesta competição”, afirma.

OUTROS TOQUES

Avanço contra câncer

Cientistas britânicos garantem ter descoberto o gene que propicia a extensão de muitos tipos de câncer, o WWP2, cujo bloqueio com remédios poderia representar um grande avanço na luta contra a doença. O diretor da equipe da Universidade de Anglia Oriental, Andrew Chantry, afirma que a identificação deste gene pode ser um grande passo para soluções médicas no prazo de uma década para deter os tipos de câncer mais agressivos. Entre eles estão o de mama, cérebro, colo do útero e pele, que se alastram especialmente rápido. A previsão de Chantry é de que um tratamento menos invasivo e com menos efeitos colaterais possa ser aplicado em um prazo de cinco a dez anos.

Causa da enxaqueca

Uma pesquisa britânica revelou que um gene defeituoso pode ser a causa das dores de cabeça características da enxaqueca. Segundo o estudo, o mau funcionamento de um gene conhecido como Tresk faz com que fatores do ambiente ativem áreas do cérebro que controlam a dor, causando a enxaqueca. Segundo o pesquisador da Universidade de Oxford, Zameel Cader, o gene Tresk estava inativo nos pacientes pesquisados, o que causava a enxaqueca. “O que nós queremos é encontrar um remédio que ative o gene”, disse o pesquisador.

“O Brasil não deve compactuar com nenhuma forma de violação aos direitos humanos em qualquer País, aí incluído o nosso”

Dilma Rousseff, presidente do Brasil

Pesquisa de preços

Um estudo divulgado pela Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor (Procon Fortaleza), mostra que o valor de determinados medicamentos pode variar até 474,66% de uma farmácia para outra. Conforme a pesquisa, a maior variação (474,66%) foi identificada no Losartana 50mg, medicamento genérico para pressão arterial, que pode ser encontrado por R\$ 6,63, na Drogeria Carrefour, e por até R\$ 38,10, nas farmácias Telejuca. Segundo o levantamento, os melhores preços estão nas farmácias da rede Extra Farma. A pesquisa completa pode ser acessada em: www.fortaleza.ce.gov.br/procon.

Fraudes virtuais

O chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, Carlos Eduardo Sobral, disse que cerca de 2,4 mil ações criminosas são realizadas por dia, em média, contra os bancos brasileiros através da internet. De acordo com ele, o prejuízo anunciado pelas instituições financeiras com esse tipo de delito chega à casa dos R\$ 900 milhões. Como a maioria das fraudes desvia valores na casa dos R\$ 1 mil, chega-se à marca de cerca de 900 mil golpes por ano no País.



RUBRICA:		DATA:	
<input type="checkbox"/> POSTAL EM			
<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO			
<input type="checkbox"/> PORTADOR DO SÍNDICO			
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO			
<input type="checkbox"/> OUTROS			
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO			
<input type="checkbox"/> AUSENTE			
<input type="checkbox"/> RECUSADO			
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO			
<input type="checkbox"/> FALCIDO			
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO			
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE			
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE			